

Ocupa que muda! A luta estudantil ocupa as cidades do interior

10/01/2017



Por Brenda Almeida e Marília Gabriela Felix

Fechamos um ano histórico na luta do país. 2016 foi exaustivamente intenso para nós, brasileiros, que sofremos desde o processo injusto e golpista de impeachment até a permanência em um cenário onde atiram contra o povo diariamente. Desalmadamente. Não só bombas de gás, mas a retirada de direitos. Foi instaurado um modelo neoliberal que visa enfrentar a crise econômica do país às custas do trabalhador e demais setores populares. O “pacote Temer” contendo a PEC 241, reforma do ensino médio, PL da escola sem partido, reforma na previdência e nas leis trabalhistas, foi questionado e duramente criticado pelos que deveriam ser os primeiros consultados para a construção dos mesmos: o povo.

Diante do cenário de retrocesso, nós, juventude – protagonista de grandes conquistas – tomamos consciência de quão prejudicial é esse governo e avançamos em defesa da educação, dos trabalhadores, das minorias. Armamo-nos com o que temos: as escolas. Mais do que ocupar as instituições de ensino, ocupamos as ruas, as mídias, os micro e megafones. Sabíamos da necessidade na reforma de nossos ensinos. E, por ser nosso, deveríamos ser os principais agentes na construção de que tipo de escola queremos ter. O resultado de um projeto sem a participação de educandos e educadores foi um ataque preciso à Lei de Diretrizes e Bases (LDB), substituindo o processo pedagógico por “notório saber” e alterando os componentes curriculares a fim de retirar a obrigatoriedade de disciplinas fundamentais para o pensamento crítico e reflexivo. O desmonte da educação prossegue, ainda, no PL da escola sem partido, que ignora o processo de ensino-aprendizagem proposto por Paulo Freire, e a diminuição considerável de investimentos em educação que advém da PEC 55 e alteração na partilha do pré-sal.

As ameaças à educação nacional despertaram-nos revolta enquanto estudantes de ensino médio, acendendo o movimento secundarista, no qual agimos como missionários de resistência e enfrentamento, conduzindo um processo contínuo de absorver e compartilhar informações. Para além dos muros da escola, a conscientização alcançou até os lares mais pobres. Medidas que nos atingem futuramente como as reformas nas leis trabalhistas e na previdência social também foram pautas de reivindicação. Com as conquistas das ocupações de escolas em 2015, contra a reestruturação do sistema educacional estadual, enxergamos a eficiência desse método como forma de protesto, e, iniciado em maio de 2016, o novo momento da primavera secundarista revelou mais de 1000 escolas ocupadas em todo território nacional.

A luta tomou tamanha proporção que o encobrimento da mídia televisiva se tornou insustentável. As grandes emissoras tiveram que falar das ocupações, mesmo que para criminalizar e questionar sua legalidade. Alegavam ser uma ação partidária, manipulada pela esquerda e de pautas genéricas. Porém, a realidade comprovou a independência do movimento, construído com apoio de entidades representativas, mas conduzido e liderado por nós, estudantes. A instantaneidade com que respondemos a pergunta “De quem é a escola?”, da estudante secundarista Ana Júlia Ribeiro, responde sobre a legitimidade do ato. A Associação

Juízes para a Democracia (AJD) afirmou, ainda, em nota pública, que as ocupações são “legítimo direito tutelado pela Constituição da República”. Contudo, sofremos ataques diretos, fomos agredidos e difamados por estarmos lutando por um futuro melhor para o país. O estado, que não procurou dialogar nem conhecer o movimento, agiu perversamente na tentativa de colocar o povo contra as ocupações. Houve repressão, violência, ação arbitrária da polícia. Nenhuma desistência. A resistência prossegue inabalável.

Basta visitar uma ocupação para facilmente identificar nela um espaço de politização e convicção do por que estamos ali. Qualquer ambiente transformava-se em sala de aula, e não apenas de português, matemática – que também houveram – mas a própria vivência era um contínuo aprendizado e troca de valores. Os debates, palestras, mesas redondas e inclusão direta do aluno comum na discussão faz parte da programação e ocorreram diariamente. Estamos transformando uma cultura onde o cidadão acredita que sua participação política tem início e término no voto eleitoral. Estamos nós, meros adolescentes, fomentando uma transformação social que deveria ser incentivada, se não promovida, pelo Estado.

Mediante a ascensão das mobilizações, a luta foi expandindo-se para além das capitais, alcançando também o interior e com uma adesão impressionante. As grandes cidades já foram palco de lutas históricas e manifestantes marchando nas ruas, levantando cartazes não é novidade. Nos interiores, na maioria das cidades, houve o primeiro contato – desde muito tempo – com uma juventude capaz de opinar, agir e protestar. Enquanto mulheres interioranas, temos consciência da dificuldade que são as formas de organização e militância em um espaço demasiadamente conservador. Porém, concretizamos esse enfrentamento e inauguramos as ocupações das avenidas. Ao passo que o movimento feminista, negro, LGBT, engatinhava vagarosamente em nossos municípios, a articulação da luta contra as medidas do governo Temer chegou vivamente acesa e conseguiu reerguer as demais. Mais do que os grandes eixos urbanos, ocupamos escolas dos interiores, sobretudo os Institutos Federais, e externamos o conhecimento.

A afirmação do nosso protagonismo e empoderamento feminino na luta é imprescindível e merece ser citado. Tal realidade pode ser materializada através da organização do movimento onde nós, mulheres, lideramos e levantamos vozes. Conduzimos a articulação de atividades e protestos. Enquanto nas capitais a militância feminista tem mais força e já explanam debates sobre o lugar da mulher na sociedade, convivemos em um meio onde a concepção de que apenas elas são responsáveis pelos afazeres domésticos é pertinente. A democratização da limpeza e manutenção das escolas ocupadas foi uma vivência nova para muitas meninas que não presenciam o mesmo dentro das suas próprias casas.

A primavera secundarista é, portanto, um movimento revolucionário de jovens que acreditam em um modelo de país e lutam por ele. Almejamos a educação livre e de qualidade, igualdade social, racial, de gênero, mas, no momento, lutamos pelo mínimo. Ocupamos escolas para que as mesmas permaneçam existindo. Trocamos o teto das nossas casas pela lona de barraca sem cogitar, pois temos a clareza de que precisamos estar ali por todos aqueles que não estão. Se o Estado permanecerá em posição ditatorial, de prontidão para conter a luta com tropas de choque, bombas de gás e tortura, ou dará um esperançoso suspiro de democracia retirando e reconstruindo as medidas em conjunto com a população, não sabemos. A primavera não se restringe a uma estação. Novos métodos e instrumentos de luta serão utilizados incansavelmente até a derrubada desse governo impopular e catastrófico, pois – Como bradava Che Guevara – “Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera inteira”

Brenda Almeida e Marília Gabriela Felix, militantes secundaristas do Movimento Kizomba, da Marcha Mundial das Mulheres e estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, campi João Câmara e Currais Novos, respectivamente)